

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

GAZETA MERCANTIL

Terça-feira, 6 de julho de 1993

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
José Andretto Filho
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres

Página 4

Em reforço da credibilidade

A condução da política econômica nesta fase volta-se para o reforço de sua credibilidade. Já através das resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) na semana passada, acabando com as relações promíscuas entre os bancos oficiais e os governos que os controlam, o governo deu o sinal de que, mesmo se recorrer a novos instrumentos e apenas fazendo cumprir as leis existentes, é possível demonstrar à Nação, com absoluta clareza, a disposição de que está imbuído.

De agora em diante, há quatro grandes questões que precisam ser enfrentadas sem mais demora e que se refletirão positivamente sobre a imagem do governo, contribuindo para soffrear as expectativas inflacionárias. Entre estas, citam-se — não necessariamente pela ordem de importância — a rolagem da dívida dos estados e municípios, uma política de investimentos para as estatais consentânea com os cortes orçamentários, o alongamento da dívida interna e um combate frontal à sonegação de impostos.

Quanto à rolagem, o governo evoluiu para uma posição de compromisso, mas sem abandonar o princípio de que o equilíbrio das con-

tas públicas no Brasil jamais poderá ser alcançado se o relacionamento da União com as unidades federativas não for pautado por parâmetros perfeitamente definidos. O governo central aceita que deve haver um acerto de contas com os estados, que importa em uma verdadeira auditoria para se chegar à verdade dos números. Pretende-se criar para isso um comitê de renegociação das dívidas entre esferas de governo e, ainda neste mês, o ministro Fernando Henrique Cardoso pretende reunir-se com os governadores para definição dos procedimentos normativos, a partir do pressuposto de que não há um padrão único para renegociação com cada estado em vista das particularidades de cada um.

Diálogo semelhante será travado no âmbito do comitê de coordenação das empresas estatais, que deve reunir-se nesta semana para promover um corte de investimentos da ordem de US\$ 2,4 bilhões nessa área. É um corte imperativo, dada a situação de penúria do Es-

tado, e que só poderá vir a ser amenizado se, como se tem sugerido, houver transferência para o setor privado de investimentos previstos, em condições ainda a estabelecer. E as estatais terão, finalmente, de abrir as suas planilhas de custos para exame de seus gastos administrativos, incluindo salários.

Estando o governo empenhado em sanear as suas finanças a esse nível de profundidade, é apenas natural que as autoridades monetárias também prevejam um alongamento do perfil da dívida mobiliária interna, iniciando uma negociação conseqüente com o setor privado. Esta será feita "sem sobressaltos", como têm dito os altos funcionários, mas o que se espera é que não se prolongue por meses a fio.

Sob o ponto de vista da credibilidade, por sinal, nenhuma ação concorre tão fortemente para ela como a luta contra a evasão fiscal. Na esteira da decretação da prisão preventiva de PC Farias, a Receita Federal lançou uma operação de arrastão fiscal, que, além de seus poderosos

efeitos psicológicos, pode trazer em suas mãos uma valiosíssima contribuição para a regularização das finanças públicas. Segundo noticiou O Estado de S. Paulo, o secretário da Receita Federal, Osiris Lopes Filho, o arrastão pode significar um aporte adicional de receitas de US\$ 5 bilhões, mais do que se prevê com a arrecadação do IPMF neste exercício (US\$ 3,5 bilhões).

Ousamos dizer que essa estimativa pode até ser superada. Se a ofensiva abranger a economia informal, que hoje funciona às escâncaras, os resultados podem ser ainda mais espetaculares, mostrando quanto é injusto um sistema tributário que sobrecarrega apenas alguns e deixa tantas escapatórias para os espertalhões.

Irrita-se, com razão, pois, o ministro da Fazenda com um noticiário pertinaz de que a equipe econômica prepara um choque heterodoxo. Se o governo está agindo com os instrumentos legais a seu alcance, se está aberto a negociações com o Congresso, com os estados e com o setor privado, um choque só atrapalharia a ordem que se esforça por impor. E a credibilidade que vem sendo conquistada entraria em curto-circuito.